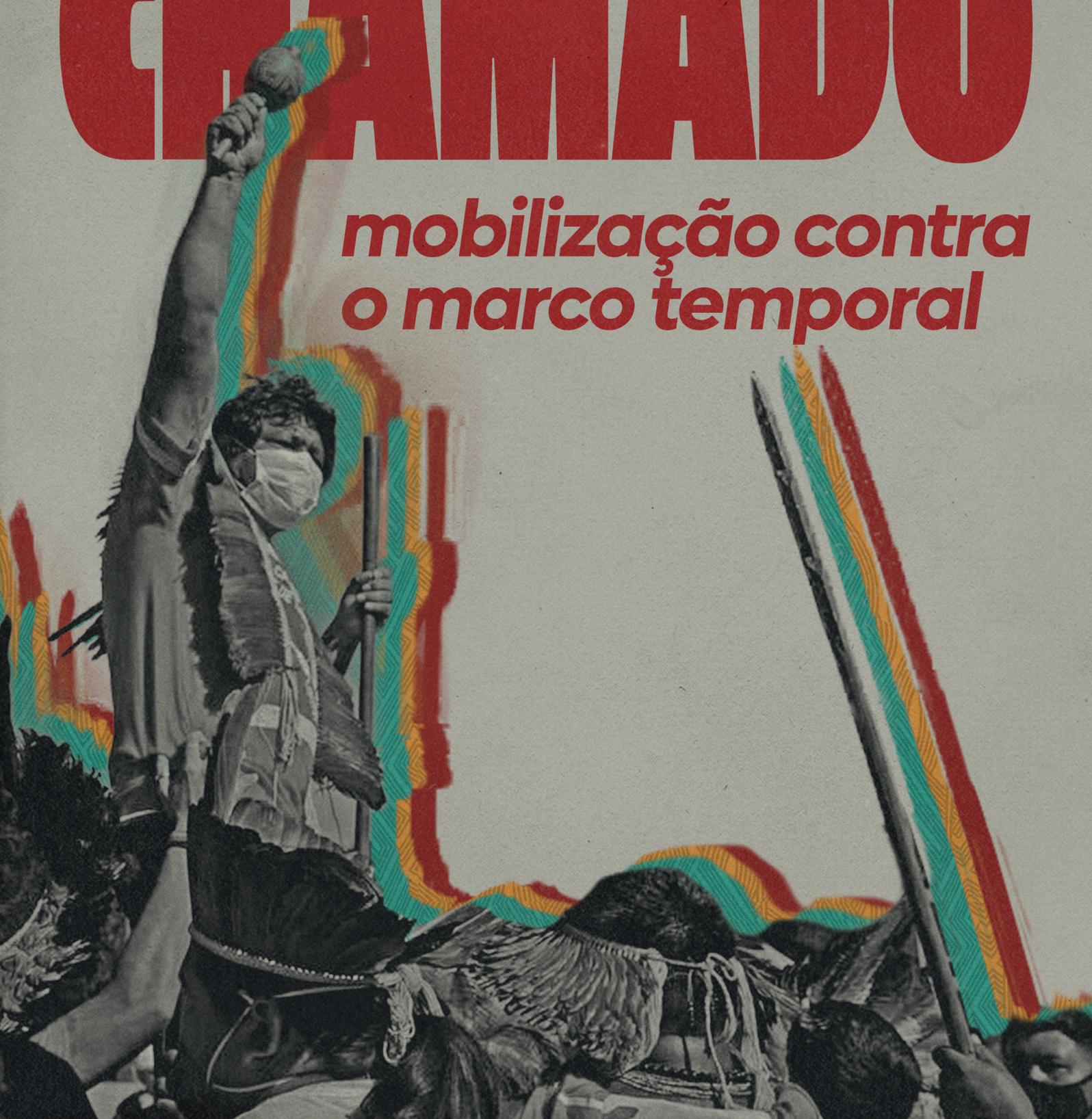


LUTA *PELA* **VIDA**



CHAMADO

*mobilização contra
o marco temporal*





**Prezadas e prezados parentes,
Lideranças de todos os povos e organizações indígenas do Brasil,**

Tal qual afirmamos no documento final do nosso 18º Acampamento Terra Livre, realizado em Brasília de 4 a 14 de abril, como nos tempos da invasão colonial, enfrentamos um declarado plano de morte, etnocídio, ecocídio e genocídio, nunca visto nos últimos 34 anos de democracia no nosso país.

O governo Bolsonaro e sua base de sustentação no Congresso Nacional insistem em legalizar a atuação de organizações criminosas que agem nos nossos territórios: garimpeiros, madeireiras, pecuaristas, milicianos e grileiros, entre outros, além de impulsionar, com seu pacote de destruição, a implantação de empreendimentos devastadores como a mineração, hidrelétricas, portos, estradas, linhas de transmissão e produção de monocultivos com o uso ostensivo de agrotóxicos. Esse mesmo governo e sua base no Congresso Nacional, majoritariamente ruralista e evangélica, além de pretender aprovar iniciativas legislativas que atentam contra os nossos direitos fundamentais, como os Projetos de Lei: 490/2007, do Marco Temporal; 191/2020, da Mineração em Terras Indígenas; 2633/2020 e 510/2021, da grilagem de terras públicas; quer que o Supremo Tribunal Federal (STF) aprove, conforme a vontade deles, a tese do Marco Temporal, segundo a qual os nossos povos indígenas teriam direito às terras se as tivessem em sua posse física no marco da data de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da nossa Constituição Federal.

A retomada do julgamento, previsto para o dia 23 de junho próximo, que se refere ao Recurso Extraordinário (RE) n.º 1.017.365, que envolve os povos Xokleng, Kaingang e Guarani da TI Xokleng La Klaño, no Estado de Santa Catarina, foi considerado pela Suprema Corte em 2020 como caso de Repercussão Geral. Ou seja, se for aprovada a tese defendida arduamente pelos ruralistas, isso implicará na anulação de procedimentos de demarcação e o aumento das invasões, de conflitos e



LUTA PELA VIDA

atos de violência contra os nossos povos e que, conforme a Carta Magna, detenham sobre as terras que ocupam tradicionalmente direito originário, nato, congênito, isto é, anterior a quaisquer outros direitos e da própria formação do Estado Nacional.

Diante deste perigo iminente, a Apib chama mais uma vez a suas bases, povos e organizações indígenas de todas as partes do Brasil a continuarmos vigilantes e mobilizados, a partir do dia 23 de junho, dando todo o apoio aos parentes e parentas dos povos diretamente afetados, sem esquecer que qualquer que seja o resultado do julgamento todos seremos impactados pelo caráter vinculante da decisão.

Ressaltamos que as delegações que decidirem já estar em Brasília a partir do dia 23, principalmente dos povos do Sul, podem contar com a nossa acolhida e apoio necessário para este momento. Porém, estamos propondo ainda que todos fiquem em alerta, pois se porventura o julgamento do caso for prorrogado para a semana seguinte, além do dia 23, propomos ampliar a mobilização, com a presença de mais delegações das outras regiões do país durante a semana de 27 a 30 de junho, para o qual a Apib estará empenhada em disponibilizar e organizar todas as condições logísticas para o acampamento contra o Marco Temporal.

Neste momento político de graves ameaças e atropelos aos nossos direitos, sobretudo territoriais, é fundamental fazermos todos e todas o maior esforço para unificar o nosso pensamento e ação a fim de que a nossa luta seja mais forte e garanta o bem viver tão almejado pelos nossos ancestrais, que lutaram para assegurar esses direitos, para nós e as nossas futuras gerações.

Brasília – DF, 12 de maio de 2022.



LUTA PELA

